

A. ENFOQUES DA DIDÁTICA NAS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS

Os enfoques sobre o papel da didática na atividade escolar variam de acordo com as tendências pedagógicas, sendo possível encontrar na prática educacional pelo menos três: o tradicional, o renovado-tecnicista e o sociopolítico. O tradicional refere-se à didática assentada na transmissão cultural, concebendo o aluno como um ser receptivo/passivo, atribuindo um caráter dogmático aos conteúdos e métodos da educação; o renovado-tecnicista corresponde à versão modernizada da escola nova, acentuando o caráter prático-técnico do ensino e, assim, sua neutralidade face às questões sociais;² finalmente, o sociopolítico assume uma postura crítica em relação aos dois anteriores, por acentuar a relevância dos determinantes sociais na educação e, assim, as finalidades sociopolíticas da escola.

O enfoque tradicional, embora já não afirme com tanta ênfase a primazia da recepção passiva, por ter incorporado alguns princípios da escola nova (como a atividade, o interesse, as relações humanas), valoriza, acima de tudo, o as-

1. Gaspar J. G. GALLO, *A Concepção marxista sobre educação e escola*, p. 91.

2. Preferiu-se registrar, aqui, a designação de pedagogia renovada-tecnicista por ser a visão que predomina nos manuais de didática atuais; entretanto, a versão escolanovista de didática continua exercendo considerável influência na prática pedagógica dos professores.

pecto material do ensino. A didática é entendida como um conjunto de regras e preceitos. Supõe-se uma matéria a ser ensinada, devendo o aluno submeter-se aos métodos do professor.

O enfoque renovado-tecnicista, inspirado numa concepção de sociedade assentada na produtividade, na eficiência e no rendimento, foi incorporado à tendência escolanovista como continuidade dela. Com a crescente influência norte-americana no país, através de convênios de cooperação técnica já na segunda metade da década de 50, e com o respaldo do movimento escolanovista, que vinha se impondo desde 1920, o enfoque tecnicista é difundido nos organismos de ensino oficial, das universidades ao ensino de 1.º e 2.º graus. Em 1972, no documento básico apresentado num encontro nacional de didática, esta é definida como "área de estudos que pesquisa e aplica meios e princípios com a finalidade de dinamizar o processo ensino-aprendizagem". No mesmo documento, observa-se sua vinculação com a escola nova: "Área de estudos que, a partir de princípios objetivos e experiências educacionais, emergentes da realidade existencial, oriente o professor na seleção e utilização de recursos humanos e materiais; procedimentos e comportamentos com vistas à criação de uma dinâmica do processo ensino-aprendizagem capaz de ensejar o máximo de desenvolvimento dos que dele participarem".³ O enfoque tecnicista introduz no ensino a psicologia comportamental, a instrução programada, a teoria da comunicação, a teoria dos sistemas, a partir do que surgem os objetivos comportamentais, o planejamento didático formal previamente elaborado, os livros didáticos descartáveis, supervalorizando os meios. A ênfase na exercitação dos processos mentais como forma de se chegar à auto-estruturação do conhecimento (típico da escola nova) foi deslocada para o uso de técnicas de transmissão passiva; os meios educativos são autonomizados e o ensino retoma a conotação dos métodos de heteroestruturação do conhecimento, reeditando, com roupagem nova, a pedagogia tradicional. A concepção tecnicista de didática, portanto, reduz o ensino à dimensão técnico-prática da prática escolar, dissociando-a dos fundamentos da educação e afirmando a neutralidade científica e técnica dos métodos.

3. Recomendações do I Encontro Nacional de Professores de Didática, 1972.

O enfoque sociopolítico é acentuado pelas tendências progressistas,⁴ mas é exacerbado nas versões libertadora e libertária, em alguns casos articuladas com as teorias crítico-reprodutivistas. O movimento da crítica sociopolítica à pedagogia e à didática se inicia no começo da década de 70, mas é na segunda metade que aparecem suas manifestações na prática escolar. No conjunto, essas versões advogam a preponderância das considerações sociopolíticas no tratamento das questões pedagógico-didáticas, minimizando os aspectos especificamente pedagógicos da realidade escolar: não existem problemas pedagógicos, mas problemas políticos. A escola cumpre o papel de aparelho ideológico do Estado, uma vez que garante uma função política de inculcação da ideologia burguesa e, assim, acomoda-se às necessidades do sistema industrial como formadora de mão-de-obra, domestica professores e alunos por meio de procedimentos burocráticos e técnicas didáticas, subordina-se aos princípios da racionalidade, eficiência e rendimento máximos.⁵ Embora algumas críticas, nesse sentido, sejam relevantes (denúncia de tecnicismo e de neutralidade de meios e técnicas didáticas, separação conteúdos/métodos, fixação de objetivos educacionais pelos órgãos da burocracia oficial, a didática enquanto "receituário"), sustenta-se uma visão parcializada da educação, ao reduzi-la à sua dimensão sociopolítica, negando a especificidade do pedagógico. Se é verdade que as orientações metodológicas fornecidas pela didática não cobrem toda a realidade escolar e suas múltiplas determinações, ela se torna necessária como diretriz para avaliação de exigências concretas das situações pedagógicas específicas.

Por outro lado, a despeito destas posições, as pedagogias libertadora e libertária expressam, na prática, uma concepção implícita de didática. Onde a pedagogia tradicional acentua a transmissão enquanto transferência de conhecimentos, a pedagogia nova, os processos mentais e a techni-

4. Tendências progressistas são as que concebem a educação como inserida no contexto das relações sociais; abrangem a pedagogia libertadora, a pedagogia libertária e a pedagogia crítico-social dos conteúdos. De certa forma, incluem, também, as teorias crítico-reprodutivistas. (Cf. J. C. LIBÂNEO, "Tendências pedagógicas na prática escolar" e D. SAVIANI, *Escola e Democracia*, pp. 5ss.).

5. Sobre este assunto, consultar José C. LIBÂNEO, "Anotações sobre a questão pedagógico-didática e a política da educação", pp. 188-201.

cista, os meios e técnicas autonomizados, essas duas versões da pedagogia progressista acentuam a experiência existencial, ou seja, a vivência das situações existenciais imediatas (frequentemente denominadas de prática social), como formas de desenvolvimento de comportamentos sociais voltados para a participação política, vida grupal, crítica das relações sociais vividas no cotidiano. Enfim, concebem uma didática, mas procuram desvinculá-la do especificamente pedagógico: este é subsumido por uma visão sociopolítica global e o metodológico deve aparecer, espontaneamente, de cada situação experiencial.

As três posições contêm reducionismos: a primeira se reduz ao dogmatismo pedagógico, privilegiando o pólo material do ensino (transmissão de conhecimentos), a segunda, ao técnico-didático e a terceira, ao sociopolítico estrito, estas duas últimas valorizando o pólo formal do ensino (privilegio reservado aos meios na versão tecnicista e às vivências, na sociopolítica).

Do ponto de vista das relações entre educação e política, os enfoques tradicional e renovado-tecnicista entendem ser essencial, na educação, a atividade escolar de natureza técnico-pedagógica, inteiramente autônoma face à política. O enfoque sociopolítico estrito, por sua vez, entende a prática educativa como dissolvida na prática política, atribuindo pouca importância à especificidade do pedagógico.

Do ponto de vista pedagógico-didático, o que se critica nos enfoques analisados é a separação entre os aspectos material/formal do ensino, ou seja, entre a valorização da transmissão dos conteúdos e o modo de aquisição desses conteúdos. Na verdade, tanto é preciso reconhecer que os processos, métodos e técnicas (aspecto formal) não são um fim em si mesmos, pois referem-se a um objeto de conhecimento exterior ao aluno (aspecto material), quanto reconhecer que os conteúdos culturais não têm condições de serem assimilados, em termos de efeitos duradouros, sem sua apropriação ativa pelo aluno, o que requer o uso de métodos e técnicas adequados. Quando se acentua a predominância dos processos de ensino (pesquisa, descoberta, meios instrucionais variados etc.), ou a experiência existencial, o conteúdo escolar fica reduzido à sua forma, isto é, ao modo de aquisição do conhecimento, empobrecendo-se a aquisição do conhecimento.

A superação do dilema entre o pedagógico e o político se resolve admitindo-se que, embora sejam duas práticas inseparáveis, são, ao mesmo tempo, distintas, dotadas cada uma de especificidade própria. Assim, a educação, na sua dimensão política, se realiza pela socialização do conhecimento, por procedimentos próprios da prática educativa; a política, na sua dimensão educativa, visa convencer os indivíduos, a partir de suas proposições ideológicas, por meio de procedimentos próprios da prática política. Ambas mantêm relações entre si, influenciam-se mutuamente, resguardando-se sempre a especificidade de cada uma. "Cumpra, portanto, não confundi-las, o que redundaria em dissolver uma na outra (a dissolução da educação na política configuraria o politicismo pedagógico, do mesmo modo que a dissolução da política na educação implicaria o viés do pedagogismo político)".⁶

Trata-se, assim, de valorizar a especificidade da pedagogia, não para isolá-la do conjunto das demais práticas sociais, mas, ao contrário, para situá-la dentro de um enfoque globalizador e buscar aí a sua especificidade ou autonomia — certamente relativa — face à totalidade do social.

O dilema metodológico entre o aspecto material e formal se resolve, evitando-se, quer o empobrecimento dos conteúdos, quer sua recepção passiva acrítica. Transmissão de conteúdos e apropriação ativa pelo aluno constituem-se momentos interligados do mesmo processo. Os conteúdos a transmitir são aqueles mais representativos, selecionados entre os bens culturais disponíveis, a partir de seu valor cultural e formativo (constituindo-se no saber escolar); a apropriação ativa consiste na assimilação da matéria: é um processo de incorporação das informações a partir de estruturas mentais e experiências já disponíveis no pensamento e na prática do aluno. Vê-se que o trabalho docente assentado na apropriação ativa do material transmitido requer o conhecimento de determinantes socioculturais, cognitivos, motivacionais do aluno, a serem apreendidos nas suas condições concretas de vida.

O trabalho formativo, portanto, supõe elementos pedagógico-didáticos como fatores específicos do ensino, sempre socialmente contextualizados; supõe o professor atuando

6. Cf. Dermeval SAVIANI, *Escola e Democracia*, pp. 85-94.

como mediador entre o aluno e as matérias, entre um sujeito motivado e interessado no saber e os conteúdos culturais vivos, problematizados no confronto com a realidade social.